





ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

COORDENAÇÃO/SUPERVISÃO:

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA - Diretora da Escola Judicial do TRT da 14ª Região (EJUD14)

MEMBROS DO CONSELHO PEDAGÓGICO

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA
Desembargador SHIKOU SADAHIRO
Juíza do Trabalho ANDREA ALEXANDRA BARRETO FERREIRA
Juiz do Trabalho VICENTE ÂNGELO SILVEIRA REGO









PROJETO PARA REALIZAÇÃO DO CICLO DE PALESTRAS DO EVENTO "SEMANA DA DIVERSIDADE: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES"

Porto Velho/RO Agosto 2023









CICLO DE PALESTRAS DO EVENTO "SEMANA DA DIVERSIDADE: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES"

1. PÚBLICO-ALVO, LOCAL, DATA E COORDENAÇÃO

O Ciclo de Palestras do evento "Semana da Diversidade: A Promoção dos Direitos Humanos e a Proteção às Diversidades", será realizado no período de 1º a 4 de agosto de 2023 (terça a sexta-feira) e terá como público-alvo magistrados, servidores, estagiários, demais colaboradores do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e sociedade em geral.

A participação também será franqueada a magistrados, servidores, estagiários de outros Tribunais, bem como advogados, membros do Ministério Público e toda a comunidade jurídica e não-jurídica interessada no aprofundamento do debate inclusivo.

A Coordenação-Geral do evento será exercida pela Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima, Diretora da Escola Judicial do TRT da 14ª Região.

As atividades do evento serão realizadas no formato telepresencial, a partir das 15h (RO), 14h (AC) e 16h (BSB), conforme item 8 deste projeto pedagógico.

O evento terá carga horária de 7 horas e 30 minutos, sendo transmitido ao vivo no Canal da Escola Judicial no YouTube.

2. JUSTIFICATIVA

Os temas desta edição da Semana da Diversidade estão em consonância aos temas







constantes das seguintes normas:

- Resolução CNJ n. 492, de 17 de março de 2023), que estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria CNJ n. 27/2021, bem como institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional:
- Resolução Administrativa TRT14 n. 041/2021, que institui a Política interinstitucional de Equidade de Gênero, de Raça e Diversidade, cujo objetivo é contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação nas relações sociais e de trabalho na competência das instituições. Como já amplamente divulgado, o Comitê Gestor e a Política Interinstitucional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade têm a intenção de contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação nas relações sociais e de trabalho na competência das instituições;
- Resolução CNJ n. 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão;
- Resolução CNJ n. 351/2020, que institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação e determina, também, que os tribunais e as respectivas escolas de formação de magistrados e de servidores, nos respectivos programas de aperfeiçoamento e capacitação, inclusive os de desenvolvimento gerencial, deverão prever em seus currículos e itinerários formativos o tema da prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no trabalho, bem como do respeito à diversidade e outros conteúdos correlatos, relacionando-os com os processos de promoção à saúde no trabalho;
- Resolução Administrativa TRT14 n. 092/2020) alterada pela (<u>Resolução Administrativa TRT14 n. 056. de 24 de abril de 2023</u>) que instituiu as condições especiais de trabalho dos magistrados(as) e servidores(as) com deficiência,









necessidades especiais ou doença grave, bem como os que tenham filhos(as) ou dependentes legais na mesma condição, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;

- Resolução CNJ n. 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e determina que a sensibilização e capacitação do corpo funcional e, quando for o caso, de outras partes interessadas, devem estimular de forma contínua o consumo consciente, a responsabilidade socioambiental, a qualidade de vida, equidade e diversidade no âmbito da instituição.

Justifica-se, ainda, em razão de atender aos Objetivo Estratégicos, constante do Planejamento Estratégico 2021-2016, do TRT da 14ª Região, em especial aquele relacionado à promoção do trabalho decente e a sustentabilidade, vinculado ao Macrodesafio "Promoção da sustentabilidade e garantia dos direitos fundamentais".

A iniciativa está alinhada aos Eixos da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 14ª Região, notadamente no que se refere à proteção dos Direitos Humanos e do meio ambiente do trabalho, bem como à Política Interinstitucional de Equidade de Gênero, de Raça e Diversidade assinada conjuntamente pelo Regional, o Tribunal de Justiça de Rondônia e, mais recentemente, o Ministério Público do Estado de Rondônia.

Além disso, a iniciativa também demonstra o alinhamento da Justiça do Trabalho da 14ª Região aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, o ciclo de palestras da semana temática "Semana da Diversidade: A Promoção dos Direitos Humanos e a Proteção às Diversidades", propõe ampliar o debate acerca da diversidade e lançar novos olhares para o Sistema de Justiça. Para os operadores do direito, o evento contribuirá para o exercício da prestação jurisdicional especializada na perspectiva da diversidade, de gênero e suas interseccionalidades.

3. TEMAS PROPOSTOS PARA EDIÇÃO 2023









Proteção às Diversidades", edição 2023, serão abordados os seguintes temas constantes do ítem 3.2 do presente documento.

Os temas também estão em consonância com o Programa Nacional de Formação Inicial e Formação Continuada, regulamentada pela Resolução Enamat n. 28, de 28 de setembro de 2022, e abordará os seguintes tópicos: Eixo: Alteridade; Subeixo: Direitos humanos e populações vulneráveis; Competência: Demonstrar raciocínio compreensivo do caráter multidimensional integrado dos Direitos Humanos e Fundamentais das populações vulneráveis.

3.2. TEMAS DA EDIÇÃO 2023

- 1. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos Tribunais
- 2. Diversidade, Trabalho e Justiça: cenários e desafios na proteção e garantia de direitos
- 3. O direito à Terra e ao Trabalho dos Povos Indígenas no Brasil
- 4. LGBTfobobia e políticas públicas LGBTQIAPN+
- 5. Entendendo o assédio no ambiente de trabalho: estratégias de proteção.

4. OBJETIVOS DA SEMANA TEMÁTICA:

- 1. Identificar o legado conservador e como contribui para as práticas discriminatórias;
- 2. Definir conceitos e suas imbricações;
- 3. Analisar a população LGBTQ+ e o mercado de trabalho;
- 4. Investigar a discriminação de gênero no sistema de justiça;
- 5. Instigar o debate sobre a violência contra a população LGBTQ+, bem como sua relação com a discriminação de origem étnico-racial:;
- 6. Projetar perspectivas para o futuro, com vistas a transpor o binarismo de gênero.
- 7. Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação nas relações sociais e de trabalho:









- 8. Reconhecer as diversas maneiras de ser e as constituições múltiplas de grupos sociais e suas manifestações;
- 9. Consolidar a equidade de gênero, raça, idade, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e de pessoas com deficiência, bem como as demais dimensões da diversidade na cultura organizacional, em todos os procedimentos, ações ou atividades do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região;
- 10. Promover, no âmbito da Justiça, os princípios da Política Interinstitucional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, sendo: igualdade, respeito, equidade, laicidade do Estado, justiça social e transparência dos atos públicos.

6. METODOLOGIA DO EVENTO

O Ciclo de Palestras "Semana da Diversidade: A Promoção dos Direitos Humanos e a Proteção às Diversidades", consiste na realização de 4 palestras proferidas na modalidade telepresencial por instrutores externos, a serem realizadas no período de 1º a 4 de agosto de 2023.

Todas as atividades serão transmitidas no Canal da Escola Judicial no YouTube.

7. UNIDADES ENVOLVIDAS

Para que o Ciclo de Palestras "Semana da Diversidade: A Promoção dos Direitos Humanos e a Proteção às Diversidades" seja realizado com sucesso, há necessidade de participação (colaboração) de vários setores do Tribunal:

UNIDADES ENVOLVIDAS NA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Secretaria Executiva da Escola Judicial

Secretaria de Gestão Estratégica - Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade

Secretaria de Comunicação Social e Eventos Institucionais

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação









8. TEMAS E PALESTRANTES

PROGRAMAÇÃO

SEMANA DA DIVERSIDADE Tema: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A PROTEÇÃO ÀS DIVERSIDADES

> Data: 1º, 2, 3 e 4 de agosto de 2023 Modalidade: telepresencial - transmissão via Plataforma Zoom

> > "A essência dos Direitos Humanos é direito a ter direitos."
> >
> > Hannah Arendt

PROGRAMAÇÃO

	-
1 de agosto (terça-feira)	
Horário	Atividade
15h	Abertura do evento
	Palavra da Diretora da Escola Judicial do TRT 14 Desembargadora Maria Cesarineide de Souza Lima
15h15 às 16h45	Palestra: "Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos Tribunais" Docente: Daniela Ferrari Kovacs - Professora e palestrante de acessibilidade, inclusão social e direitos da pessoa com deficiência. Autora do livro "Cão Guia: Anjo De Patas".
16h45 às 18h15	Palestra: "Diversidade, Trabalho e Justiça: cenários e desafios na proteção e garantia de direitos" Docente: Cynhia Ciarallo - Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília - UnB
2 de agosto (quarta-feira)	
Horário	Atividade









15h às 16h30	Palestra: "O direito à Terra e ao Trabalho dos Povos Indígenas no Brasil". Docente: Terana Maurício - Advogado e doutorando em antropologia social FFLCH/USP.	
3 de agosto (quinta-feira)		
Horário	Atividade	
15h às 16h30	Palestra: LGBTfobobia e políticas públicas LGBTQIAPN+ Docentes: Jonatan Espindola e Gabrielly Antonietta.	
	Jonatan Espindola: Coordenador do Centro Estadual de Cidadania LGBTQIA+ MS. Psicólogo (UCDB), Internacionalista (UNINTER), Especialista em Acessibilidade Diversidade e Inclusão (UNISE).	
	Gabrielly Antonietta: Psicóloga no CECLGTQIA+. Psicóloga (UNIGRAN), Especialista em Saúde Mental (UCDB), responsável pelo projeto de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTQIA+.	
	4 de agosto (sexta-feira)	
Horário	Atividade	
15h às 16h30	Palestra: "Entendendo o assédio no ambiente de trabalho: estratégias de proteção".	
	Docente: Karla Valle - Doutora em Serviço Social – UFRJ; Assistente social do TRT-RJ.	

Porto Velho-RO, 11 de julho de 2023.

(assinado digitalmente)
ARIEL RODRIGUES DOS SANTOS
Secretário Executivo da Escola Judicial

(assinado digitalmente)
CIBELE PENHA RICCI DA SILVA
Assistente 4-Secretaria Executiva da Escola Judicial

